



OTOC apresenta nova acção para prolongar prazo de entrega das declarações fiscais

Fiscalidade
Pedro Crisóstomo

Ministério das Finanças reafirma que o período para a entrega das declarações de IRC e da segunda fase do IRS termina no próximo sábado

Os problemas de funcionamento do Portal das Finanças, que a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) diz serem em causa a entrega das declarações fiscais dentro do prazo, levaram a instituição a interpor ontem no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa um novo processo judicial com o objectivo de adiar para 15 de Junho o limite da entrega das declarações fiscais que têm de ser submetidas até sábado (IRC e a segunda fase do IRS).

A nova acção deu entrada no Tribunal Administrativo depois de este mesmo tribunal rejeitar a admissibilidade de uma providência cautelar para que fosse reconhecida judicialmente a “inoperacionalidade do Portal das Finanças”, condenando o ministério a alargar a data-limite de forma a inibir a aplicação de multas.

O bastonário da OTOC, António Domingues de Azevedo, explicou ao PÚBLICO que o tribunal “recusou a admissibilidade da providência com o argumento de que a acção administrativa comum [entregue em simultâneo e] contida no mesmo documento esgota a providência”. Segundo uma nota da OTOC, o tribunal considerou que “o pedido cautelar, por ter natureza instrumental, não pode esgotar o objecto da acção principal. Neste sentido, foi rejeitada a providência cautelar e prosseguiu a acção principal”.

A OTOC teve conhecimento desta decisão na manhã desta quarta-feira e, ao início da tarde, os serviços da ordem apresentaram a nova acção, colocada com carácter de urgência, na expectativa de que haja uma decisão no prazo de 48 horas. Questionado pelo PÚBLICO se prevê um alargamento do prazo, o Ministério das Finanças reafirma, através do gabinete de imprensa, que o prazo legal para a entrega das declarações de IRS (a segunda fase) e do IRC termina no último dia de Maio.

A ordem tem alertado para a dificuldade de funcionamento do site por impedir a entrega atempada das declarações fiscais, alertando para o facto de os problemas pre-

judicarem em particular o trabalho dos técnicos oficiais de contas e de potenciarem a entrega das declarações fora de prazo, obrigando ao pagamento de multas.

Confrontado com as críticas, o ministério contrapõe que o site “está operacional”, referindo que, até terça-feira, “o número de declarações de IRS (segunda fase) e de IRC entregues é superior ao número de declarações entregues” no mesmo período do ano passado – “1.107.378 declarações de IRS (segunda fase) e 265.807 declarações de IRC”.

Ao PÚBLICO, porém, o Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, Paulo Ralha, descreve uma situação de “grande dificuldade” de funcionamento. “Qualquer contribuinte pode testemunhar isso indo ao portal das Finanças”. E nos serviços “não há capacidade de resposta” por parte dos trabalhadores, diz Paulo Ralha, atribuindo as dificuldades a problemas na rede informática que “congestionam o sistema”.

António Domingues de Azevedo, que ontem falou ao telefone com o chefe de gabinete do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, afirma que o ministério “não gostou” que a ordem tivesse colocado a providência cautelar, mas rejeita a ideia de haver uma “guerra” entre a ordem e a secretaria de Estado liderada por Paulo Núncio.

A OTOC colocou, primeiro, uma providência cautelar no Tribunal Tributário de Lisboa, mas, vendo rejeitado esse pedido, seguiu com “uma acção administrativa comum e providência cautelar” para o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, onde agora interpôs uma segunda acção.



O tribunal administrativo rejeitou a providência cautelar da OTOC